



Presidência da República
Gabinete de Segurança Institucional
Agência Brasileira de Inteligência

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

(COMPRAS - SRP)

PREGÃO Nº/2020

(PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 00091.106853/2019-09)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de combustíveis, por demanda, para atender à frota de veículos pertencentes à Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, em Brasília-DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR DE REFERÊNCIA UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL OU VALOR DE REFERÊNCIA	PERCENTUAL DE DESCONTO*	MARGEM DE PREFERÊNCIA
1	Óleo Diesel	461552	Litro	20.000	R\$3,884	R\$ 77.680,00	0,0001%*	-
2	Gasolina Tipo C Comum	461506	Litro	45.000	R\$4,399	R\$ 197.955,00	0,0001%*	-
TOTAL						R\$ 275.635,00		-

1.2. A pesquisa de preços realizada com base no Pannel de Preços, conforme os parâmetros estabelecidos na IN SLTI/MPOG nº 05/2014, norteou o percentual de desconto mínimo. Portanto, as licitantes deverão apresentar percentuais de desconto superiores ao apontado na coluna de "percentual de desconto" da tabela acima (*).

1.3. Estimativa de requisições mínimas e máximas (consumo individualizado):

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	Óleo Diesel	Litro	5.000	10.000	20.000
2	Gasolina Tipo C Comum	Litro	5.000	15.000	45.000

1.4. A aquisição será por meio de **Sistema de Registro de Preços (SRP)** tendo em vista o que preconiza o art. 15, inciso II, da Lei 8.666/1993 que determina que as compras efetuadas pela administração pública devem, sempre que possível, "ser processadas através de sistema de registro de preços" e tem como vantagens, dentre outras, tornar ágeis as contratações e evitar a necessidade de formação de estoques pelos órgãos e entidades públicos, além de proporcionar transparência quanto aos preços pagos pela administração pelos bens e serviços que adquire frequentemente, de acordo com o Art 3º, incisos I e II, do Decreto nº 7892/13, uma vez que há necessidade de contratações frequentes das mercadorias (inciso I do art. 3º do referido decreto) e que a aquisição dos bens será realizada por meio de entregas parceladas (inciso II do art. 3º do citado decreto).

1.4.1. A entrega será na Sede da Agência Brasileira de Inteligência-ABIN, situada na cidade de Brasília-DF:

1.4.2. O local do faturamento será Brasília-DF, cabendo à empresa a responsabilidade dos custos adicionais de ICMS.

1.4.2.1. Deverá ser emitida nota de faturamento em nome da ABIN e nota de simples remessa para o local de entrega.

1.4.3. As condições de assistência técnica:

1.4.3.1. A contratada, no momento da entrega do objeto, deverá apresentar laudo, atestado ou documento similar que comprove a conformidade e qualidade do objeto, para fins de garantia, de acordo com as especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP).

1.4.4. Peculiaridades do objeto e da contratação constarão nas especificações técnicas e no processo.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.6. Quanto as cotas reservadas de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresa de pequeno porte, na aquisição de bens de natureza divisível, como preconiza o art. 8º do Decreto nº 8.538/2015, não serão especificadas, tendo em vista que não há empresas e filiais autorizadas para a distribuição de combustível no âmbito do Distrito Federal, conforme consulta no Sistema de Consultas Públicas da ANP.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A ABIN, conforme sua missão institucional, foi criada como órgão da Presidência da República, que, na posição de órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência, tem a seu cargo planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de Inteligência do país, obedecidas à política e às diretrizes superiormente traçadas na Lei nº 9.883/1999, de acordo com o art. 3º. Ainda, a ABIN realiza atividade de Inteligência, que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos de todo o território nacional, inclusive internacional, sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado, segundo o §2º, art. 1º da Lei nº 9.883/1999.

2.2. A presente aquisição tem como propósito a obtenção da proposta mais vantajosa, visando a Contratação de empresa especializada no fornecimento e distribuição de combustíveis e derivados de petróleo, por demanda, para atender a frota de veículos pertencentes à Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, em Brasília, para consecução de sua missão institucional, conforme versa a Lei nº 9.883/1999, em seu art. 4º: "**À ABIN, além do que lhe prescreve o artigo anterior, compete: I - planejar e executar ações, inclusive sigilosas, relativas à obtenção e análise de dados para a produção de conhecimentos destinados a assessorar o Presidente da República**" (grifos nossos). A obtenção de dados é uma técnica utilizada no desenvolvimento da atividade de Inteligência que requer o deslocamento de agentes de forma ágil, tempestiva e dinâmica. Dessa forma, é imprescindível o abastecimento dos veículos disponibilizados ao cumprimento da supracitada missão.

2.2.1. Atualmente, o quantitativo da frota da ABIN é de 167 veículos automotores na SEDE, movidos com motores à combustão, abastecidos com gasolina Tipo C Comum (146

veículos) e Óleo Diesel (21 veículos e geradores). Portanto, os bens a serem licitados correspondem à necessidade do órgão, sendo que a aquisição do referido objeto é essencial, pois é de relevante interesse público, haja vista que a referida contratação auxiliará a ABIN no cumprimento da sua missão institucional.

2.2.2. Os referidos veículos são utilizados no desempenho da atividade de Inteligência, sendo classificados como veículos de serviços especiais, conforme o art. 5º, inciso III, do Decreto nº 9.287/2018, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

2.2.3. Assim, esta solicitação tem como objetivo atender à demanda diária de abastecimento dos veículos da frota da ABIN, em Brasília-DF, necessário ao cumprimento e execução da sua missão institucional.

2.2.4. Dessa forma, ressalta-se que há essencialidade na aquisição do objeto (combustíveis) e a referida contratação auxiliará à ABIN na consecução da sua missão institucional, que é desenvolver atividade de Inteligência. Assim, evidencia-se o relevante interesse público da contratação, considerando-se que o abastecimento dos veículos da frota da ABIN é realizado no próprio complexo, em Brasília-DF, uma vez que há, internamente, posto de abastecimento próprio e, devido à natureza da atividade dos profissionais de inteligência, necessita-se de flexibilidade e dinamicidade no exercício da função, sejam elas ostensivas ou sigilosas, inclusive no abastecimento dos veículos operacionais. Portanto, é imperiosa a realização desta contratação sob pena de solução de continuidade na prestação do relevante serviço público prestado por parte da ABIN.

2.3. O quantitativo previsto foi estimado para suprir as necessidades da frota de veículos da Sede pelo período de 1 (um) ano e teve como base:

2.3.1. A previsão das atividades a serem exercidas no período, baseando-se no consumo do último ano;

2.3.2. O consumo baseado nos últimos 12 meses, conforme tabela abaixo:

PERÍODO (12 MESES)	GASOLINA (LITROS)	ÓLEO DIESEL (LITROS)
fev/19	2.329	1.143
mar/19	3.238	1.336
abr/19	2.773	1.810
mai/19	3.826	1.608
jun/19	3.097	529
jul/19	3.477	1.406
ago/19	4.590	1.342
set/19	3.376	1.141
out/19	3.878	1.730
nov/19	3.885	2.985
dez/19	3.379	865
jan/20	2.588	1.494
TOTAL	40.436	17.389

2.3.3. Margem de segurança: por aproximação, foi considerado o quantitativo de litros a mais em 11% percentuais para a gasolina e 15% para o óleo diesel, tomando como base o consumo realizado nos últimos 12 meses, conforme apresentado na tabela acima.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os padrões de qualidade foram objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado e enquadra-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005. São itens cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 5 (cinco) dias contados da solicitação da contratante, conforme o quantitativo especificado.

4.2. Os bens adquiridos terão fornecimento baseando-se no histórico de entregas realizadas nos últimos 12 meses, em média, em parcelas trimestrais ou a qualquer momento que a Contratante solicitar, não confrontando com as requisições mínimas e máximas citadas no item 1.3 do presente Termo de Referência. Segue demonstrativo de previsão de remessas, conforme tabela a seguir:

PERÍODO	COMBUSTÍVEL	QUANTIDADE (L)
1º Trimestre	Óleo Diesel	5.000
	Gasolina Tipo C comum	15.000
2º Trimestre	Óleo Diesel	5.000
	Gasolina Tipo C comum	10.000
3º Trimestre	Óleo Diesel	5.000
	Gasolina Tipo C comum	10.000
4º Trimestre	Óleo Diesel	5.000
	Gasolina Tipo C comum	10.000

4.3. Local de entrega:

4.3.1. Posto de Combustível da Divisão de Transporte e Oficina – DIVTROF, da ABIN, em dia útil, no período de 9h00 às 11h30 e das 14h30 às 17h00, no Setor Policial Sul Área 5, Quadra 1, Bloco S, Brasília-DF, CEP 70.610-905, telefones (61) 3445-8789, (61) 3445-8679 e (61) 3445-8827.

4.4. Condições de Execução no Recebimento:

4.4.1. A contratada, no momento da entrega do objeto, deverá apresentar laudo, atestado ou documento similar que comprove a conformidade e qualidade do objeto, para fins de garantia, de acordo com as especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP).

4.4.1.1. Em caso de NÃO conformidade com as especificações técnicas, a DIVTROF/COSERGE/CGAD/DAL notificará a CONTRATADA para as providências previstas;

4.4.1.2. Caso necessário, os ensaios, testes e demais provas eventualmente exigidos por normas técnicas para aferição técnica dos combustíveis correrão por conta da CONTRATADA. O objeto deverá ser entregue acompanhado de nota fiscal ou fatura.

- 4.4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;
- 4.4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 4.4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 4.4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;
- 4.4.6. Não serão aceitas entregas após a vigência do contrato.
- 5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 5.1. São obrigações da Contratante:
- 5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5. após o ateste da nota, efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.1.6. dirigir representação à ANP, para efeito do exercício do seu poder de polícia, nos termos do art. 14 da Lei n.º 9847/99, caso venha ser constatada infração às normas relativas à indústria do petróleo, ao abastecimento nacional de combustíveis, ao Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e ao Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis.
- 5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 5.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.
- 5.4. Receber o combustível entregue pela CONTRATADA, desde que esteja em conformidade com as especificações contidas neste Termo.
- 5.5. Notificar extrajudicialmente a CONTRATADA, quando detectadas irregularidades na entrega do combustível.
- 5.6. Devolver, com a devida justificativa, o combustível entregue em desacordo com as especificações constantes da proposta da CONTRATADA.
- 5.7. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 5.8. Providenciar os pagamentos à CONTRATADA, mediante apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas, nos prazos fixados.
- 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 6.1.2. entregar o produto de acordo com a legislação ambiental em vigor;
- 6.1.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.1.4. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto que não esteja em conformidade e qualidade, para fins de garantia, de acordo com as especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP);
- 6.1.5. comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.6. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.7. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 6.1.8. acatar orientação da CONTRATANTE, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 6.2. Assumir inteira responsabilidade pela entrega do objeto, como fretes, tributos, seguros e quaisquer outros encargos.
- 6.3. Proceder à entrega do objeto, em conformidade com o quantitativo e especificações deste Termo.
- 6.4. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos, tais como: salários; seguros de acidente; taxas, impostos e contribuições; indenizações; vale-refeição; vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
- 6.5. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do complexo da ABIN e quanto ao sigilo especificado na cláusula 7 deste Termo de Referência.
- 6.6. Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência do produto fornecido.
- 6.7. Comunicar à DIVTROF/COSERGE/CGAD/DAL qualquer anormalidade de caráter urgente, referente ao fornecimento do objeto e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- 6.8. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da entrega do objeto desta licitação, inclusive materiais, mão-de-obra, locomoção, transporte, seguros de acidentes, impostos, contribuições previdenciária, encargos trabalhistas, comerciais e outras decorrentes de sua execução.
- 6.9. Manter, durante a vigência do contrato, a compatibilidade com as obrigações a serem assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação.
- 6.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no objeto da aquisição, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.
- 6.11. A contratada deverá garantir que os preços dos combustíveis cobrado na nota fiscal para pagamento terão como limite o preço médio semanal constante da Síntese de Preço Praticado - DISTRITO FEDERAL (Semanal – Resumo I), definidos no sítio eletrônico da ANP (www.anp.gov.br), sobre o qual será aplicado o desconto oferecido.
- 6.12. Os preços dos combustíveis não deverão exceder a média de seu respectivo valor, por litro, praticado no mercado varejista de Brasília-DF, na data de seu fornecimento, conforme publicação da Agência Nacional do Petróleo – ANP.
- 6.13. Caso haja, na data do fornecimento, divergência entre o valor do combustível indicado na bomba e a média de seu respectivo valor, por litro, praticado no mercado varejista de Brasília-DF, o percentual de desconto incidirá sobre o menor valor, consoante publicação da Agência Nacional de Petróleo – ANP.

- 6.14. Fornecer combustíveis que atendam às especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, conforme legislação em vigor;
- 6.15. Manter, nas dependências do Posto Revendedor, o Boletim de Conformidade, expedido pelo Distribuidor do qual adquiriu o combustível, referente ao recebimento dos últimos 6 (seis) meses (Art. 4º da Resolução ANP n.º 9, de 07/03/2007);
- 6.16. Realizar análise dos combustíveis objetos do contrato sempre que solicitada pela Administração, mantendo disponíveis, para tanto, os materiais necessários à realização das análises (Resolução ANP n.º 9, de 07/03/2007, artigo 8º);
- 6.16.1. Os procedimentos detalhados para a realização dos testes de qualidade dos combustíveis seguirão a legislação específica editada pela ANP, podendo ser consultado, acaso existente e atualizado, o Anexo da Cartilha do Posto Revendedor de Combustíveis publicada por tal agência.

7. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 7.1. Observar, no que couber, durante a execução contratual, os critérios de sustentabilidade ambiental, previstos na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- 7.2. Deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.
- 7.2.1. Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis;
- 7.2.2. Fornecer produtos e combustíveis de primeira qualidade, de acordo com as especificações e normas da Agência Nacional do Petróleo – ANP e INMETRO.
- 7.2.3. Utilizar materiais preferencialmente reciclados e, na impossibilidade desses, materiais que tenham sido fabricados com a utilização de recursos renováveis ou extraídos da natureza de forma sustentável e que não agredam o meio ambiente;
- 7.2.4. Descartar a utilização de materiais cujo processo de fabricação é poluente ao ar atmosférico, a água, ao solo ou gera poluição sonora;
- 7.2.5. Utilizar preferencialmente materiais, cujos fornecedores ou fabricantes evidenciem o uso racional da água, inclusive a sua reutilização após tratamento;
- 7.2.6. Fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo tanto de água quanto de energia, conforme instituído no Decreto nº 48.138/03;
- 7.2.7. Visar economia na utilização de máquinas, equipamentos e ferramentas contribuindo para a redução do consumo de energia, bem como na utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, bem como evitar o uso de extensões elétricas, em conformidade com a Lei de eficiência energética nº 10.295/01, Decreto nº 4.131/02, Portarias INMETRO nº 289/06 e nº 243/09;
- 7.2.8. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;
- 7.2.9. Fornecer aos empregados os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) que se fizerem necessários para a execução de serviços, tais como: capacete, protetor auricular, protetor facial, óculos de segurança, máscara antipoeira e gases, luvas, aventais, etc., bem como se houver a necessidade, dos Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's);
- 7.2.10. Orientar seus empregados para colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa de separação de resíduos sólidos, e resíduos recicláveis descartados, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, de acordo com a Lei nº 12.305/10 e Decreto nº 5.940/06. Dê preferência a embalagens reutilizáveis ou biodegradáveis;
- 7.2.11. Observar o disposto na Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15 de março de 2013;

8. DO SIGILO

8.1. A CONTRATADA deve:

- 8.1.1. Manter sigilo relativo ao objeto, a sua execução e aos dados e informações postos à sua disposição, não podendo cedê-los a terceiros ou divulgá-los de qualquer forma, sob as penas da lei;
- 8.1.2. Adotar procedimentos de segurança adequados, no âmbito das atividades sob seu controle, para a manutenção do sigilo relativo ao objeto, aos dados e às informações postos à sua disposição;
- 8.1.3. A critério da CONTRATANTE, apresentar certidões dos distribuidores cíveis e criminais emitidas pela Justiça Estadual ou do Distrito Federal, se for o caso, dos locais em que a pessoa residiu nos últimos cinco anos, bem como da Justiça Federal e da Justiça Militar Federal e Estadual, e outros documentos que sejam necessários à elucidação de pendências e dúvidas surgidas nos processos de contratação e gestão;
- 8.1.4. Receber, a critério da Contratante, inspeções para habilitação de segurança e sua manutenção;
- 8.1.5. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto da contratação.
- 8.2. O contrato poderá ser alterado para a inclusão de cláusula de segurança não estipulada por ocasião de sua assinatura.
- 8.3. A empresa vencedora será responsabilizada criminalmente no caso de exposição dos dados de veículos; bem como fatos e/ou informação sobre a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN de que tenha conhecimento em decorrência da contratação relacionada a este Termo de Referência.
- 8.4. Na hipótese de infração ao dever de sigilo, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções previstas no Art. 33 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011:
- 8.4.1. Advertência;
- 8.4.2. Multa;
- 8.4.3. Rescisão do contrato com o poder público;
- 8.4.4. Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- 8.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3. O representante da Administração anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à

autoridade competente para as providências cabíveis.

11.4. A Divisão de Transporte e Oficina - DIVTROF/COSERGE/CGAD/DAL - promoverá a fiscalização da empresa CONTRATADA por intermédio de fiscal de contrato designado.

12. DO PAGAMENTO

12.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida sem rasuras, em letra legível, em nome da AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN, CNPJ 01.175.497/0001-41, informando o número de sua conta bancária, o nome do banco e da respectiva agência.

12.2. Os preços dos combustíveis na nota fiscal devem ter como limite o preço médio semanal constante da Síntese de Preço Praticado – Distrito Federal (Semanal – Resumo I), definidos no sítio eletrônico da ANP (www.anp.gov.br), sobre o qual será aplicado o desconto oferecido.

12.3. A CONTRATADA, juntamente com o objeto contratado, deverá entregar 2 (duas) vias originais da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Eletrônica (DANFE).

12.4. A CONTRATADA optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar, junto com o documento fiscal, a comprovação dessa opção.

12.5. O Termo de Recebimento Definitivo (TRD) deverá ser emitido pela UNIDADE da ABIN recebedora.

12.6. O TRD deverá ser encaminhado, imediatamente, fisicamente via malote e em formato digital pelo SEI, à DIVTROF/COSERGE/CGAD/DAL, juntamente com a respectiva Nota Fiscal (DANFE ou Nota Fiscal Eletrônica).

12.7. O adimplemento do objeto contratado se caracteriza pela data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD), conforme alínea b), inciso II do Art. 73, da Lei nº 8.666/93.

12.8. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.8.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.9. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.10.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.13. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.15. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.17. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.19. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.20.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.21. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I =$	$(6 / 100)$ 365	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%
------------	-------	--------------------	--

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços praticados terão como limite o preço médio semanal constante da Síntese de Preço Praticado – DISTRITO FEDERAL (Semanal – Resumo I), definidos no sítio eletrônico da ANP (www.anp.gov.br), sobre o qual será aplicado o desconto oferecido. Dessa forma, o reajuste não se aplica para este Termo de Referência.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1. Pela natureza do objeto não há prejuízo à Administração a não exigência da garantia.

14.1.2. A exigência da garantia contratual poderá apresentar empecilhos na participação de empresas na licitação.

- 14.1.3. Cabe à Administração pública a opção pela exigência ou não da garantia de execução, conforme disposto no artigo 56, da Lei nº 8.666, de 1993
15. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 15.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 15.1.5. cometer fraude fiscal;
- 15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 15.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 15.2.2. multa moratória de até 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20% (vinte por cento);
- 15.2.3. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 15.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 15.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 15.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 15.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 15.1 deste Termo de Referência.
- 15.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 15.3. As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.4, 15.2.5 e 15.2.6 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 15.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 15.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 15.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 15.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
16. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**
- 16.1. O valor máximo aceitável para a contratação, para fins de aplicação do maior desconto, será de R\$ 275.635,00 (duzentos e setenta e cinco mil seiscentos e trinta e cinco reais), conforme item 1.1.
- 16.2. O objeto de disputa será a maior taxa de desconto que será aplicada sobre o valor do combustível, que terá como referência o preço médio semanal constante da Síntese de Preço Praticado - DISTRITO FEDERAL (Semanal – Resumo I), definidos no sítio eletrônico da ANP (www.anp.gov.br), sobre o qual será aplicado o desconto oferecido.
17. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**
- 17.1. Para as despesas decorrentes desta contratação, não há necessidade de indicação da dotação orçamentária neste momento, tendo em vista o que preconiza o Art. 7º, § 2º do Dec nº 7.892: "Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil."
18. **RESCISÃO**
- 18.1. A rescisão contratual poderá ser realizada:
- 18.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
- 18.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 18.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.
19. **VEDAÇÕES**
- 19.1. É vedado à CONTRATADA:
- 19.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 19.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
20. **ALTERAÇÕES**
- 20.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 20.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 20.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 20.4. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato de fornecimento.

21. **DOS CASOS OMISSOS**

21.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

22. **FORO**

22.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal (Justiça Federal) para dirimir os litígios que decorrerem da execução da contratação, que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

Brasília, 21 de fevereiro de 2020

Documento assinado eletronicamente

Referência: Processo nº 00091.106853/2019-09

SEI nº 0123475

Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, - CEP 70610-905 - Brasília/DF -